

Algumas Considerações sobre o Envolvimento do Brasil no Processo de Paz do Haiti

Sérgio Luiz Cruz Aguilar
Mainá Domingues Moratori

Resumo: O objetivo do texto é apresentar o envolvimento do Brasil no processo de paz no Haiti, seja com o maior efetivo de tropas no componente militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), seja por meio de projetos coordenados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério de Relações Exteriores. Objetiva, ainda, apresentar alguns dados sobre o esforço do país em relação ajuda humanitária que foi prestada logo após o terremoto de 2010 e algumas considerações sobre as motivações da política externa brasileira que conduziram a esse tipo de envolvimento para a solução dos problemas do Haiti. As operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) surgiram na década de 1940 com o objetivo de colocar em prática o sistema de segurança coletiva previsto na Carta da Organização e são estabelecidas em países afetados por conflitos armados. As primeiras operações criadas no período da Guerra Fria diziam respeito a conflitos envolvendo Estados e suas forças armadas. A partir do final da década de 1980, com a proliferação de conflitos armados intra-estatais, as missões se tornaram mais complexas, incorporando uma série de funções, atividades e objetivos às missões de paz tradicionais. Dentre os tipos de operações de paz, o denominado Consolidação da Paz (peace-building), apresenta como característica principal o desenvolvimento de ações, executadas em diversos campos de modo a construir/reconstruir instituições, economia, infra-estrutura do Estado afetado pelo conflito. No Haiti a crise ocorrida no início de 2004 resultou num quadro caótico que, somado à fragilidade das instituições estatais e a um cenário de devastação e miséria, resultou na criação da MINUSTAH, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CS). O componente militar da operação passou a ser comandado pelo Brasil, responsável também pelo maior efetivo de tropa armada. Além da forte presença militar, o Brasil desenvolve, por meio da ABC, projetos de cooperação técnica e científica, especialmente nas áreas de agricultura, saúde, tecnologias sociais e prevenção à violência. Com o terremoto de 2010, o Brasil se empenhou na ajuda humanitária ao Haiti tendo, inclusive, estabelecido um comitê de gestão da crise no Palácio do Planalto e uma equipe chefiada pelo embaixador brasileiro em Porto Príncipe para coordenar melhor os esforços, além de ter enviado mais um batalhão de força de paz para a MINUSTAH. Com base em documentos da ONU e dados obtidos junto ao governo brasileiro, apresentaremos inicialmente algumas considerações sobre o Haiti, a MINUSTAH e a presença militar brasileira, os projetos da ABC e o esforço do governo brasileiro para ajudar aquele país logo após o terremoto, finalizando com algumas motivações que conduziram a presença significativa do país no processo de paz haitiano.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira; Haiti; MINUSTAH.

Introdução

O Haiti, localizado na América Central e com uma acidentada trajetória histórica desde sua independência, em 1804, tornou-se a nação mais pobre da América e uma das mais pobres do mundo. Fome, analfabetismo, enfermidades, desastres naturais e crises internas são ocorrências comuns na história do país em meio a tentativas de estabelecer um governo estável, baseado na democracia e no respeito aos direitos humanos.

Como parte desse cenário histórico de conturbação, uma grave crise interna resultou na renúncia do presidente Jean-Bertrand Aristide no início de 2004. O quadro caótico que se instalou no país levou a uma intervenção internacional com a criação da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) por parte da Organização das Nações Unidas (ONU). A operação de paz teve o objetivo de estabelecer a segurança e a estabilidade, apoiar o processo constitucional e político e atuar no campo dos direitos humanos.

O Brasil, além de fornecer o maior efetivo de tropas e o comandante do componente militar, desenvolveu, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério de Relações Exteriores, projetos de cooperação técnica e científica, especialmente nas áreas de agricultura, saúde, tecnologias sociais e prevenção à violência.

Nesse sentido, o texto apresenta a participação brasileira no processo de paz do Haiti. Para isso, faz algumas considerações sobre aquele país, sobre a participação militar do Brasil na MINUSTAH, os projetos desenvolvidos pela ABC e o esforço para ajudar o Haiti por ocasião do terremoto de 2010, concluindo com algumas motivações que justificariam o envolvimento do Brasil naquele país.

Considerações sobre o Haiti

Descoberta por Cristóvão Colombo a ilha *Hispaniola*, mais tarde denominada Santo Domingo, constituía o principal centro da colonização espanhola no século XVI. Posteriormente, passou a ser frequentada por corsários ingleses, franceses e holandeses até que no final da Guerra da Liga de Augsburg, em 1697, a França assumiu o controle da parte ocidental da ilha – *Saint Domingue* (Haiti), que passou a ser a sua mais rica possessão colonial por produzir o melhor açúcar do mundo.

No século seguinte, a Revolução Francesa foi o fator decisivo para a desestabilização da antiga estrutura social da ilha caribenha, que passou por uma revolta popular coordenada por negros escravos dominados por uma pequena elite de mulatos e brancos. A revolução haitiana que ocorreu em 1791 resultou em canaviais incendiados e na expulsão do exército francês. Como consequência, a economia açucareira foi praticamente destruída e a ilha passou a ser controlada pelos escravos. Em 1º de janeiro de 1804 a independência do Haiti foi proclamada e o país tornou-se a primeira nação negra independente do mundo e, a partir de 1806, a primeira república fundada no hemisfério ocidental depois dos Estados Unidos (EUA).

Arrasado durante o processo de independência o Haiti percorreu uma acidentada trajetória histórica, tornando-se a nação mais pobre da América. Com uma população perto de 10 milhões de habitantes, ocupando a 5ª posição do “Índice de Estados Fracassados” (*Failed States Index*)¹, é a única nação do hemisfério ocidental a figurar o grupo dos países mais pobres do mundo, ocupando a penúltima posição no índice de desenvolvimento humano (IDH).

Pobreza, fome, analfabetismo, enfermidades, crises internas e desastres naturais passaram a fazer parte da vida do país caribenho. De forma vulnerável e extremamente

precária, o Haiti tem exercido sua soberania política num cenário conturbado por intervenções estrangeiras, como a dos EUA que assumiram o controle político e financeiro do país em 1915, ocupando-o por 19 anos², ou por ditaduras, como as dos Duvaliers. Foram catorze anos de ditadura de François Duvalier (1957-1971) mais quinze anos de seu filho Jean-Claude Duvalier (1971-1986).³

Em 1990, o padre progressista Jean-Bertrand Aristide, foi eleito de forma verdadeiramente democrática, e criou as bases para um governo legítimo, do qual o Haiti carecia há muito tempo com um discurso pela completa reestruturação do país em termos políticos, sociais e econômicos, Aristide levantou o descontentamento dos setores conservadores, expoentes dos governos dos Duvalier, da oposição e, sobretudo, dos militares, devido a uma série de acontecimentos. O primeiro deles foi a criação de uma guarda militar responsável pela segurança do presidente, preocupando os militares com a possibilidade de formação de um exército paralelo, como eram os *tontons macoutes*. O segundo, encarado por muitos como o fator principal para o golpe de destituição que viria a seguir, foi o apontamento, por Aristide, dos militares como principais responsáveis por ser o Haiti o segundo maior distribuidor de drogas do ocidente.

No dia 26 de setembro de 1991, o presidente Aristide foi deposto apenas sete meses e meio depois de assumir o cargo, num golpe militar apoiado pela elite econômica, sendo despachado para o exílio em seguida. O progressivo esforço para a democratização do Haiti sofreu um enorme retrocesso. Os três anos de governo militar que se seguiram marcaram o retorno da repressão de Estado, com esquadrões da morte eliminando entre 3.000 e 5.000 simpatizantes de Aristide (*International Crisis Group Latin America*, 2004, p. 4).

A situação geral do Haiti exigia apoio internacional. Em 23 de setembro de 1993, o Conselho de Segurança da ONU (CS), com base na Resolução 867, autorizou o estabelecimento da *United Nations Mission in Haiti* (UNMIH), para ajudar o país na resolução da crise interna por meio da restauração da democracia. Aristide retornou ao poder em 15 de outubro de 1994 e, o processo eleitoral de junho de 1995 resultou na assunção da presidência por René Préval. Aristide assumiu novamente em 2000 e governou por mais quatro anos. No entanto, no início de 2004 a instabilidade haitiana foi novamente evidenciada, a crise política tomou proporções inaceitáveis e o presidente deixou o país.

Por conta do cenário de violência que se formou, o CS autorizou, em 29 de fevereiro, por meio da Resolução 1529, a mobilização de uma Força Multinacional Interina de emergência, por noventa dias. Composta por Estados Unidos, França, Canadá e Chile, buscou evitar a repetição de eventos catastróficos, como aqueles comuns durante toda a história política do país. Em seguida, a Resolução 1542 (ONU, CS, 2004) criou a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti - MINUSTAH.⁴

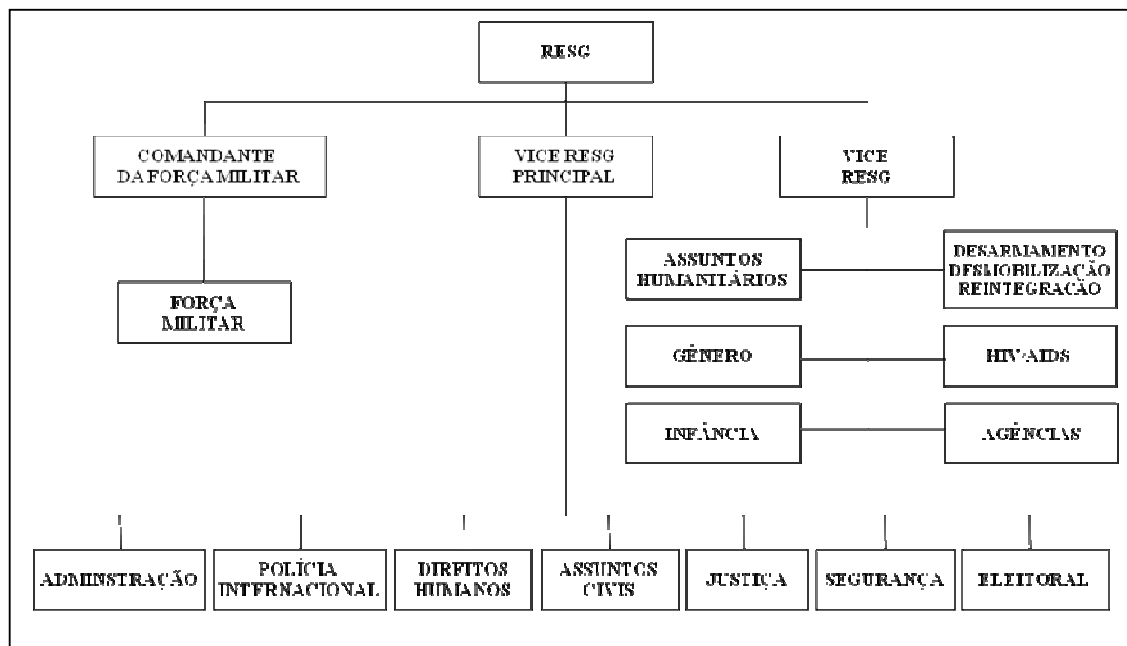
O Brasil na MINUSTAH

Segundo o mandato oficial da missão, a operação teria três pilares principais, responsáveis por orientar suas funções e objetivos: segurança e estabilidade, por meio do apoio ao governo de transição, à restauração e manutenção do Estado de Direito, da segurança e da ordem pública haitianas, e a proteção dos civis sob iminência de violência física; apoio ao processo constitucional e político, por meio de bons ofícios e desenvolvimento institucional, estímulo ao diálogo e reconciliação nacional, apoio ao estabelecimento um processo eleitoral adequado de eleições livres, incluindo a participação das mulheres; e direitos humanos, compreendendo esforços para a garantia do exercício dos Direitos Humanos, particularmente para mulheres e crianças.

A Resolução autorizou um efetivo de 1.622 policiais civis, incluindo seus membros conselheiros, e um componente militar com até 6.700 homens. Para a execução das tarefas

que permitissem cumprir esses objetivos, a MINUSTAH foi estruturada com diversas seções como Direitos Humanos, Justiça, Assuntos Cívicos, Gênero, Infância, HIV/AIDS, Eleitoral, Desarmamento e Desmobilização e Reintegração (DDR), além das ligadas à segurança propriamente dita. Essas seções ficaram sob o comando de auxiliares do chefe da Missão, o Representante Especial do Secretário Geral da ONU (RESG). O quadro abaixo apresenta o organograma da Missão em 2005.

Quadro 1 – Organograma da MINUSTAH



Assim, apesar de muitos confundirem a Força Militar com a própria Missão, ela é um dos componentes da MINUSTAH responsável pela manutenção de um ambiente seguro e estável de modo a permitir que os demais componentes possam cumprir com seus objetivos no campo político e dos direitos humanos. Em razão de alterações na missão e, principalmente por conta do terremoto de 2010, o efetivo da MINUSTAH foi aumentado atingido mais de 14 000 pessoas conforme se pode ver na tabela abaixo⁵:

Duração	Junho de 2004 até o presente (autorização até 15/Out/2011 – S/RES/1944)
Contingente inicial autorizado (2004)	6.700 militares, 1622 policiais, 548 civis internacionais, 995 civis locais e 154 voluntários da ONU
Contingente autorizado (2011)	8.940 militares e 4.391 policiais
Contingente atual desdobrado (Abril/2011)	8.734 militares, 3.545 policiais, 531 civis internacionais, 1.264 civis locais, 221 voluntários da ONU
Orçamento aprovado (de jul/2010 a jan/2011)	US\$ 853.827.400

O Brasil se envolveu de maneira inédita no processo de paz do Haiti. Inicialmente assumiu o comando militar da missão e enviou o maior efetivo de tropa. Além disso, incentivou a participação de outros países até então pouco ativos nas operações de paz como Paraguai, Peru e Bolívia. Inicialmente, militares paraguaios e bolivianos integraram o contingente brasileiro e militares equatorianos fizeram parte da companhia de engenharia chilena e, posteriormente, passaram a enviar tropas “sob sua própria bandeira”. Em consequência, na MINUSTAH, os países sul-americanos são responsáveis por 45 % do efetivo total de militares e policiais da operação.⁶

O Brasil liderou, ainda, uma coordenação política entre os países do Mercosul. Foram realizadas várias reuniões entre os governos do Brasil, Chile, Argentina e Uruguai, que resultou na decisão de obterem maior peso na operação e deu uma forma de concertação sub-regional ao esforço para resolver o problema no Haiti. Posteriormente, os governos desses quatro países estabeleceram um foro de discussões materializado em reuniões realizadas com a presença de diplomatas e funcionários dos respectivos ministérios da defesa com o objetivo de coordenar suas atividades naquele país.⁷

Os Projetos da ABC no Haiti

Decorrente do mandato estabelecido pelo CS, a MINUSTAH foi considerada uma missão multidimensional e integrada, com uma força militar e componentes políticos e de direitos humanos. De acordo com o mandato, os aspectos que orientaram as ações da Missão eram a manutenção da ordem e da segurança, o incentivo ao diálogo político, e a promoção do desenvolvimento econômico e social. Para isso, numa 1ª fase, a prioridade foi o uso da força para garantir a segurança e a ordem no país face ao descontrole institucional e a onda de violência que se instalou com a desestruturação do governo de Aristide.

Atingido esse objetivo, procurou garantir o processo de eleição democrática no Haiti, que culminou com as eleições presidenciais e vitória de René Préval. Em seguida, buscou assegurar condições de governabilidade ao novo governo, garantindo a estabilidade interna e a reconstrução do Estado haitiano.

Nesse campo, o Brasil passou a atuar por meio de projetos técnico-científicos no âmbito do que se costumou chamar de cooperação técnica internacional. Consiste no apoio técnico, e não financeiro, como ocorre na cooperação tradicional, com o envio de corpo especializado em determinados setores de atuação para capacitar segmentos da população em áreas do conhecimento onde há carência de recursos técnicos. Os projetos são desenvolvidos por instituições brasileiras ou executados em triangulação com outros países ou organismos internacionais nas mais diversas áreas como defesa civil, combate à violência de gênero e apoio ao processo eleitoral. No caso das instituições nacionais, dá-se prioridade as que são referência nas suas áreas de atuação como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

O estabelecimento e a coordenação dos projetos são encargos da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (MRE).⁸ Orientada pelo Ministério busca acelerar o desenvolvimento econômico dos parceiros, compartilhando experiências e técnicas disponíveis por meio da transferência de conhecimentos e experiências em bases não comerciais, como forma de promover a autonomia dos países envolvidos.

Com a crise no Haiti em 2004 e a decisão do governo de um envolvimento maior no processo de paz, a ABC elaborou catorze projetos iniciais para funcionarem até dezembro de 2006. Entre eles: projetos na área agrícola para o desenvolvimento das culturas do caju e da mandioca, em parceria com a EMBRAPA; programa de capacitação na área de defesa civil, em parceria com a Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional; projeto para a promoção da inserção social através da prática esportiva, em parceria com o

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Ministério dos Esportes; ações no âmbito da organização eleitoral, em parceria com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE); um projeto na área da saúde, no setor de vacinação/imunização, em parceria com o Ministério da Saúde e o governo canadense; projeto na área de combate à violência contra a mulher, em parceria com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e com a participação do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA); projeto para o desenvolvimento florestal e a recuperação de áreas degradadas, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, Universidade Federal Fluminense e a Espanha; projeto para apoio à formulação de políticas públicas; projetos na área de resíduos sólidos e de merenda escolar, em parceria com o Banco Mundial; e projeto na área de hortaliças e construção de cisternas, em triangulação com a Argentina.

Três projetos (dois na área da agricultura e um na de saúde) foram concluídos no ano de 2008. Para o triênio 2009-2011, foram definidas como prioritárias pelo Governo haitiano as áreas de agricultura e segurança alimentar, em decorrência dos furacões que assolaram o país em 2007 e da crise alimentar enfrentada desde abril de 2008.

O Apoio Brasileiro após o Terremoto de 2010

O terremoto de janeiro de 2010, além de resultar na perda de centenas de milhares de vidas humanas, provocou a morte de funcionários do alto comando da MINUSTAH, a inoperância dos sistemas de governo, das comunicações, da logística, etc. Junto ao caos estabelecido, a boa vontade de governos e organizações internacionais e não governamentais provocaram o fluxo de pessoas, materiais, equipamentos e ajuda humanitária em geral para o país. A estimativa do número de mortos foi de cerca de 300 mil (3,3% da população) e a quantidade de pessoas afetadas pelo terremoto chegou a três milhões (um terço da população).

O governo brasileiro entendeu que o terremoto não era apenas uma questão de ajuda humanitária internacional, mas que havia a necessidade de recompor a capacidade de operação do Batalhão Brasileiro e da própria MINUSTAH, que passou a ser o governo disponível. Dessa forma, o Presidente da República acionou um Gabinete de Crises no próprio Palácio do Planalto que funcionou até o dia 13 de maio de 2010. Foi dada prioridade inicial para o salvamento dos sobreviventes e a oferta de alimentos e água ao batalhão brasileiro. Decidiu-se canalizar para o centro de coletas no Rio de Janeiro os estoques governamentais de alimentos e medicamentos, e as doações recebidas, bem como enviar um hospital de campanha da Força Aérea Brasileira (FAB) para Porto Príncipe. Além disso, foi definida a compra de água e outros itens na República Dominicana, que foram deslocados em comboios até o Haiti. As ações passaram a ser coordenadas com o Ministério da Saúde (medicamentos), a Defesa Civil (alimentos, água, itens para abrigos) e o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (serviços). No Haiti foi estabelecida uma estrutura com integrantes do MRE, Ministérios da Defesa e da Saúde e da Defesa Civil para levantar necessidades de ajuda humanitária coordenada pelo embaixador do Brasil em Porto Príncipe.

Na manhã do dia seguinte ao terremoto, o primeiro avião com autoridades brasileiras partiu para Porto Príncipe e primeiro avião da FAB transportando ajuda decolou à noite deste mesmo dia. A partir daí houve uma média de dois a três vôos por dia com ajuda, num total de 219 vôos. Durante a ajuda foi transportado um efetivo de 4644 pessoas e 1 900 toneladas de alimentos, água, medicamentos, sementes da EMBRAPA e itens gerais. O hospital da FAB realizou 28826 atendimentos clínicos e 954 cirurgias.⁹

Na Conferência Internacional de Doadores ocorrida em Nova Iorque em 31 de março de 2011 o governo brasileiro se comprometeu em empenhar 172 milhões de dólares para o esforço de reconstrução do Haiti.¹⁰

Dois dias após o terremoto o Conselho de Segurança da ONU autorizou um aumento de efetivo da MINUSTAH. O Brasil ofereceu, então, o envio de mais um batalhão aumentando seu efetivo em 900 homens, que foi autorizado em 28 de janeiro após votação simbólica no Congresso, sendo que os primeiros elementos do batalhão começaram a chegar em Porto Príncipe no dia 13 de fevereiro. Dessa forma, o efetivo militar do Brasil na MINUSTAH passou a compreender o General Comandante da Força, um oficial como assessor do embaixador brasileiro e cerca de 2200 militares na tropa armada. O quadro a seguir apresenta o efetivo militar no Haiti.

TABELA 1 – Efetivo militar brasileiro na MINUSTAH¹¹

MINUSTAH - Comando	Exército e Marinha – 23	23
BRABAT 1	EB – 796	1048
	Marinha – 219	
	FAB – 1	
	Bolívia/Peru – 1	
	Paraguai – 31	
BRABAT 2	Exército – 809	900
	Marinha – 90	
	FAB – 1	
Companhia de Engenharia	Exército – 250	250
TOTAL		2221

Considerações Finais

As operações de paz fazem parte da agenda da política externa brasileira como estratégia de inserção internacional do país. A participação do Brasil aumentou consideravelmente na década de 1990 quando foram enviadas tropas armadas para Moçambique, Angola e Timor Leste. Essa maior participação do Brasil tem relação e é coerente com as aspirações por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Mas não pode ser vista apenas nesse sentido.

A presença com militares na MINUSTAH espelha a intenção do país ter uma maior influência nos debates internacionais, especialmente os relacionados com a segurança. Demonstra, também, a intenção de ampliar a atuação conjunta Sul-Sul, o que colabora para o estreitamento das relações entre os países da América Latina e especialmente do Cone Sul. Isso pode ser verificado no esforço brasileiro em estabelecer um foro de discussão política no âmbito do Mercosul desde o início da operação de paz no Haiti.

Seja fator de consolidação ou não da liderança brasileira no subcontinente o fato é que, a atitude brasileira com a catástrofe do terremoto em 2010, serviu para demonstrar a prioridade que o governo Lula deu ao envolvimento com as questões da ajuda humanitária, da mesma forma que os projetos desenvolvidos pela ABC no Haiti demonstram a importância atual de temas relacionados com a reconstrução pós-conflito (*peace building*) na agenda da política externa brasileira, especialmente em relação às ações que fortaleçam a governança e dêem estabilidade ao país. Esse posicionamento é reflexo da lógica da defesa da cooperação no sistema internacional como fator de promoção do desenvolvimento econômico e da justiça social que permeou o discurso do governo Lula.

Não há dúvidas sobre o interesse do Brasil na estabilidade da América Latina. A visão do governo brasileiro, materializada no discurso oficial em diferentes situações e em diferentes foros, é a ligação entre segurança e estabilidade com a democracia e o desenvolvimento social. Assim, a segurança do país está relacionada com a estabilidade de toda a região e, lembrando a antiga teoria dos círculos concêntricos, inicialmente a estabilidade dos vizinhos sul-americanos, posteriormente a dos demais países latino-americanos e, num círculo maior, a do resto do mundo. Isso indica uma participação mais

direta na resolução dos problemas mais próximos, como no conflito Equador-Peru, no golpe contra o presidente Chavez na Venezuela e nas crises no Paraguai na década de 1990. Explica, também, a participação em conflitos mais afastados como os da América Central na década de 1990, e no Haiti atualmente, da mesma forma que nas missões de paz na África, especialmente nos países de língua portuguesa, chegando ao Timor em 1999. Nesses últimos casos adiciona-se o envolvimento por fortes laços culturais com os países de língua portuguesa. Abrindo um parêntesis, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é parte das prioridades brasileiras, o que se pode observar no fato do Ministério da Defesa ter investido nos últimos anos, e até patrocinado, exercícios conjuntos com forças armadas desses países.

O envolvimento do país na questão haitiana retrata a importância que o MRE dá ao multilateralismo na ordem internacional e o apoio ao fortalecimento das organizações internacionais, entendendo que esse espaço permite o avanço dos interesses nacionais. A participação do Brasil em operações de manutenção de paz é o uso da força militar em prol dos interesses da política externa brasileira, e assim deve ser entendida. Participar delas, entende o governo brasileiro, é uma forma de demonstrar capacidade de assumir grandes responsabilidades e de estar interessado em desempenhar papel de relevo nas questões prementes da agenda internacional.

Dessa forma, o envolvimento do Brasil no Haiti é reflexo das estratégias de inserção do país, com uma participação mais proativa nos órgãos multilaterais, de fortalecimento do espaço multilateral como forma de compensar as assimetrias presentes no sistema internacional, além de valores que historicamente fazem parte da tradição diplomática como a resolução pacífica dos conflitos, o respeito às regras do direito internacional, e a construção de um sistema estável, pacífico e menos assimétrico.

Finalmente, é interessante salientar que a liderança brasileira na MINUSTAH foi bem acolhida pela ONU. Por ocasião da crise não era conveniente que esse papel fosse exercido pelos EUA ou pela França por razões históricas. O Chile que participava da Força Multinacional Interina não contaria com o apoio dos EUA em razão de ter votado contra a invasão do Iraque enquanto membro do CS no ano anterior. Dessa forma, a predisposição do Brasil caminhou no mesmo sentido das necessidades da Organização.

Referências Bibliográficas

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. *Brasil em Missões de Paz*. São Paulo: Usina do Livro, 2005.

CÁCERES, Florival. *História da América*. São Paulo: Editora Moderna, 1982.

CÂMARA, Irene Pessôa de Lima. *Em nome da democracia: OEA e a crise Haitiana – 1991-1994*. Brasília: IRB/FUNAG/CEE, 1998.

COUTO, José Alberto Cunha. *Experiência do Gabinete de Crises da Presidência da República em Ajuda Humanitária*. CD ROM. Brasília: GSIPR, s/d.

ESCOTO, Roberto. *Construção do Estado e Democratização do Haiti: Uma Análise das Intervenções da ONU sob o Enfoque da Segurança Humana (1933-1996 e 2004-2008)*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 2009.

International Crisis Group Latin America: a New Chance for Haiti? Caribbean Report n. 10, 18 de novembro de 2004.

MRE, ABC. Disponível em <<http://www.abc.gov.br>>. Acesso em 26 mai. 2011.

MRE, ABC. *Projetos e Acordos 2008*. Disponível em <http://www.abc.gov.br/download/projetosAcordos2008Haiti.pdf>. Acesso em 9 jun. 2011.

MRE. *Resenha de Política Exterior do Brasil*. Número 94, 1º semestre de 2004. Brasília: Gráfica do Ministério das Relações Exteriores, 2004.

ONU. CS. Documento S/RES/1542. *Resolution 1542 – Adopted by the Security Council at its 4961st meeting*. Nova Iorque, 30 abr. 2004.

ONU. DPKO. <http://www.un.org/en/peacekeeping>. Acesso em 02 fev. 2011.

VALLER FILHO, Wladimir. *O Brasil e a Crise Haitiana: A Cooperação Técnica como Instrumento de Solidariedade e de Ação Diplomática*. Brasília: FUNAG, 2007.

The Fund for Peace. Disponível em <<http://www.fundforpeace.org>>. Acesso em 9 jun. 2011.

¹ Estado falido é um termo político que designa um país no qual o governo é ineficaz e não mantém de fato o controle sobre o território, em função de altas taxas de criminalidade, corrupção extrema, um extenso mercado informal, judiciário ineficaz, interferência militar na política e presença de grupos armados paramilitares ou organizações terroristas controlando de fato parte ou todo o território. O Fundo pela Paz dos Estados Unidos publica um ranking anual divulgado na revista *Foreign Policy (The Fund for Peace)*, 2011).

² Os EUA podiam vetar todas as decisões do governo haitiano, e mantiveram a elite mulata no poder, o que contribuiu para o crescimento do sentimento de hostilidade entre essa elite e a massa da população negra (CÂMARA, 1998, p. 51).

³ Durante seu governo, François Duvalier criou um grupo paramilitar chamado *tontons macoutes* que tinha a função de garantir sua segurança pessoal, mas com o objetivo maior de controlar as Forças Armadas tradicionais e reprimir qualquer ação de oposição com o uso ilegítimo da violência. Esse grupo perseguiu e assassinou opositores do governo e, com o tempo, seu efetivo superou em quatro vezes o das Forças Armadas.

⁴ Registram-se cinco missões prévias: a UNMIH (1993 a 1996), UNSMIH (1996 a 1997), UNTMIH (1997), MIPONUH (1997 a 2000) e MIF (2004).

⁵ Fonte: ONU. <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/facts.shtml>. Acesso em 20 mai. 2011.

⁶ Cálculo feito com base no documento *UN Mission's Contributions by Country*. Disponível em <http://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2010/missioncountry.zip>. Acesso em 02 fev. 2011.

⁷ Posteriormente, Equador, Guatemala e Peru aderiram ao foro.

⁸ A ABC foi integrada à Secretaria-Geral do MRE, por meio do Decreto nº 2070/96, passando a constituir-se em órgão da Administração Direta.

⁹ COUTO, José Alberto Cunha. *Experiência do Gabinete de Crises da Presidência da República em Ajuda Humanitária*. CD ROM fornecido pelo GSIPR. BRASIL. MD. *O Brasil no Haiti: o esforço de reconstrução*. Brasília, s/d, p. 17.

¹⁰ *ibidem*, p. 31. O Brasil já havia perdoado a dívida do Haiti estimada em 1,3 bilhão de dólares e doado outros 15 milhões.

¹¹ MD. *O Brasil no Haiti: o esforço de reconstrução*. Brasília, s/d, p. 10.